

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e a Educação Escolar Indígena

The Educational Dimensions of the Tucandeira Sateré-Mawé Ritual and the Implications for Indigenous School Education

Iranildo da Costa Barbosa
Mauro Gomes da Costa
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus-Brasil

Resumo

A Constituição do Brasil, de 1988, assegura às sociedades indígenas o direito de ter o seu modelo de educação. Este trabalho visa identificar os aspectos educativos que os Sateré-Mawé atribuem ao ritual da tucandeira e como esses elementos podem vir a constituir a educação escolar indígena, especificamente da escola de Ponta Alegre, Barreirinha, Amazonas. Como método, realizamos um estudo bibliográfico, particularmente das produções acadêmicas dos(as) autores(as) Sateré-Mawé, o levantamento da legislação, diretrizes da educação escolar indígena, bem como contamos com as experiências de atividades educativas de um professor Sateré-Mawé, o qual é o autor deste texto. Dentre os resultados, o ritual da tucandeira reúne elementos da organização social e da cultura Sateré-Mawé, como papéis sociais, normas, valores e conhecimentos. Concluímos que essa gama de aspectos da educação Sateré-Mawé tem o potencial de ressignificar a educação escolar indígena, no caso, a escola de Ponta Alegre.

Palavras-chave: Cultura Sateré-Mawé; Educação Sateré-Mawé; Ritual da Tucandeira.

Abstract

The Brazilian Constitution of 1988 guarantees indigenous societies the right to have their own model of education. This study aims to identify the educational aspects that the Sateré-Mawé attribute to the tucandeira ritual and how these elements may constitute indigenous school education, specifically the school in Ponta Alegre, Barreirinha, Amazonas. As the method, we conducted a bibliographic study, particularly of the scientific productions of the Sateré-Mawé authors, a survey of the legislation and guidelines regarding indigenous school education, as well as the experiences of educational activities of a Sateré-Mawé teacher, who is the author of this text. Among the results, the tucandeira ritual brings together elements of Sateré-Mawé social organization and culture, such as social roles, norms, values and knowledge. We concluded that this range of aspects of Sateré-Mawé education has the potential to resignify indigenous school education, in this case, the Ponta Alegre school.

Keywords: Sateré-Mawé Culture; Sateré-Mawé Education; Tucandeira Ritual.

Introdução

As escolas estão presentes nas comunidades indígenas, funcionando como instituições sociais que se integram ao cotidiano, apesar de suas origens externas aos universos socioculturais indígenas e do uso histórico da escola como agência ideológica de controle, evangelização e imposição de mudanças sociais e culturais.

O dia a dia da maioria dos povos indígenas do Brasil se desenrola num contexto de muitas tensões, a saber: entre os conhecimentos indígenas e os ocidentais; entre as políticas públicas e as reivindicações das sociedades indígenas e as tendências políticas internacionais; a definição de estratégias e opções específicas de vida e futuro para essas populações. Assim sendo, este estudo tem como objetivo explorar as dimensões educativas do Ritual da Tucandeira dos Sateré-Mawé, destacando a comunicação e a preservação do conhecimento ancestral relacionado à formiga (bala) sagrada.

Quanto à metodologia, a pesquisa teve dois momentos: a revisão de literatura e o trabalho de campo. Em relação à literatura, priorizamos a perspectiva endógena a partir das produções de autoria dos Sateré-Mawé (Menezes, 2020; Ramos, 2021; Santos, 2022; Souza, 2029; Yamã; Sateré, 2021) bem como a legislação e as normativas da educação escolar indígena.

Quanto ao trabalho de campo, o local da pesquisa é o território de Ponta Alegre o qual está situada na Terra Indígena Andirá/Marau, município de Barreirinha, Amazonas, margem esquerda do Rio Andirá. Os dados empíricos são oriundos das memórias e narrativas de quem vivenciou na adolescência o Ritual da Tucandeira, o qual é autor deste texto, e hoje é professor Sateré-Mawé da escola localizada no território de Ponta Alegre.

A partir dos conhecimentos da educação indígena, buscando compreender como os Sateré-Mawé utilizam as práticas educativas tradicionais para ensinar técnicas, normas, valores e saberes associados ao Ritual da Tucandeira para as novas gerações. Por educação indígena entendemos a educação que é implementada pelas sociedades indígenas, no caso, Sateré-Mawé, por meio dos ancestrais e mestres dos saberes levando em conta as necessidades, culturas, línguas e tradições específicas, ao passo que a educação escolar indígena é aquela regulada pelo Estado.

No Brasil, a busca pela construção de uma educação escolar indígena capaz de articular os conhecimentos tradicionais e ocidentais concretiza-se em diversas experiências

inovadoras. Nessas experiências, a escola participa e auxilia na construção do projeto societário, funcionando como um espaço no qual os moradores podem reafirmar suas identidades e valores culturais. Esse processo é evidenciado na criação de novas associações de professores indígenas, que têm se mobilizado para amadurecer a reflexão sobre suas práticas pedagógicas e os objetivos e condições da escola desejada.

Além disso, os direitos das sociedades indígenas estão assegurados no Artigo 231 da Constituição do Brasil, no qual se lê: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988).

Por sua vez, sobre a educação, o Artigo 210 preceitua: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, de 1996, tipifica o marco legal que assegura os direitos educacionais dos povos indígenas. Especificamente, nos Artigos 78 e 79 do Título VIII – “Das Disposições Gerais”, a LDB trata da educação escolar indígena, destacando a responsabilidade do Sistema de Ensino da União. Este sistema deve desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa que garantam uma educação escolar bilíngue e intercultural para os povos indígenas.

Isso implica a criação e implementação de programas específicos que integrem ensino e pesquisa, visando atender às particularidades e necessidades educacionais dos povos indígenas (art. 79). A LDB explicita o compromisso com a valorização das culturas indígenas e a promoção de uma educação que respeite e preserve suas línguas e tradições.

A educação escolar indígena, assim delineada, busca, além da inserção das sociedades indígenas no contexto educacional brasileiro, a preservação e o fortalecimento de suas identidades culturais, assegurando que as futuras gerações mantenham vivas suas tradições e línguas nativas. A LDB postula educação diferenciada que respeite e valorize a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas do Brasil.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/RCNEI afirma que, atualmente, a educação escolar diferenciada, intercultural e bilíngue (ou multilíngue) é uma reivindicação essencial e parte integrante dos projetos de vida das comunidades, povos e organizações indígenas (Brasil, 1998).

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

A educação escolar indígena, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, deve ser estruturada e funcionar de modo a reconhecer as escolas indígenas como instituições com normas e ordenamento jurídico próprios, com diretrizes curriculares que promovam o ensino intercultural e bilíngue, com o propósito de valorizar as culturas dos povos indígenas e afirmar e manter sua diversidade étnica (Art. 1º). As práticas educacionais das escolas indígenas devem buscar não apenas a inclusão, mas o fortalecimento das identidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas, assegurando-lhes uma educação que respeite e incorpore suas particularidades e tradições.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, a Educação Escolar Indígena deve ser concebida como um espaço de construção de relações interétnicas que promovam a pluralidade cultural. Esse espaço educativo deve ser orientado pelo reconhecimento e valorização de diferentes concepções pedagógicas, reafirmando os povos indígenas como sujeitos de direitos (Art. 3º). A abordagem educativa deve, portanto, incorporar e respeitar as especificidades culturais e pedagógicas das comunidades indígenas, promovendo um ambiente inclusivo e plural que fortaleça suas identidades e tradições, ao mesmo tempo que assegura seus direitos no contexto da educação nacional.

Com base nos preceitos legais e regulamentadores, Kayapó (2023, p. 31) afirma que:

as escolas diferenciadas pretendem possibilitar aos povos indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação e fortalecimento de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas maternas, tradições e saberes, bem como a defesa de seus territórios e outros [direitos] fundamentais, atrelado ao acesso aos códigos e conhecimentos da sociedade do entorno, visando a realização dos projetos societários desses povos.

Destacamos que a educação escolar indígena diferenciada preza pelo ensino na língua materna como primeira língua e tem a comunidade indígena como gestora da escola. Cada povo e cada comunidade deverá criar o modelo pedagógico em sintonia com a realidade social e cultural.

Os encontros de professores indígenas resultam em documentos que expressam suas visões e avaliações críticas dos projetos em curso, além de contribuírem para a produção e a publicação de materiais didáticos específicos que atendam às necessidades de suas comunidades. Esses materiais não apenas servem como ferramentas educativas, mas como veículos de preservação e comunicação de conhecimento tradicional. Além disso, há um

reconhecimento legal e institucional dos direitos indígenas a uma educação específica e diferenciada, o que fortalece as reivindicações por uma escola que respeite e valorize as particularidades culturais dos povos indígenas.

Em suma, essas iniciativas mostram que a escola indígena pode ser um lugar de inovação e resistência, onde as tensões entre os diferentes saberes e políticas são negociadas e transformadas em oportunidades de aprendizado e fortalecimento cultural. Ao promover uma educação que busca respeitar a diversidade cultural e se alinhar aos projetos de vida da comunidade indígena Ponta Alegre, Barreirinha, Amazonas, a escola indígena desempenha um papel social na luta pela autodeterminação e pelo desenvolvimento sustentável da população Sateré-Mawé.

O povo Mawé

O nome original é Mawé, palavra que designa o “papagaio falante”, símbolo original do povo habitante do Baixo-Amazonas, mais precisamente localizado na fronteira entre os Estados do Amazonas e do Pará. Essa região, a que chamamos Mawézia (a pátria dos Mawé), foi demarcada e homologada como Terra Indígena, mas, infelizmente, incorporou menos de um terço da antiga Mawézia, ficando de fora parte do povo Mawé (invisibilizados como ribeirinhos) e territórios ancestrais e culturais, conforme a Figura 1.

Figura 1: Terra Indígena Andirá/Marau



Fonte: google.com/imagens (2015)

O Mawé é um dos povos mais populosos do Brasil e com uma beleza cultural ímpar, como a cultura do guaraná, o artesanato, o remo sagrado Puratiğe, o ritual da tucandeira (Waiperia), um dos ritos de iniciação mais famosos e temidos. O Mawé foi submetido a um processo de demarcação e homologação de suas terras, iniciado em 1978 e concluído em 1986. Atualmente, a Terra Indígena Andirá-Marau (nome criado pela FUNAI) compreende 788.528 hectares com um perímetro de 477,7 km, ocupando parte dos territórios dos Estados

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

do Amazonas e do Pará. A área é distribuída entre os municípios de Maués, Parintins e Barreirinha no Estado do Amazonas, e os municípios de Itaituba e Aveiro no Estado do Pará.

O território é densamente populoso, contando com populações distribuídas pelas calhas dos rios. Nelas, residem cerca de 15 mil pessoas, sendo a região do rio Andirá a mais populosa. Dos municípios do Estado do Amazonas que compreendem a Terra Indígena Andirá-Marau, o município de Barreirinha é o mais populoso. São 63 povoados com um total populacional aproximado de 7000 pessoas. Não há um levantamento que contabilize os Sateré-Mawé que moram em Manaus, Nova Olinda do Norte, Itacoatiara e Maués ou em outras regiões, como a vila Batista (Parintins) e a Terra Indígena Coatá-Laranjal (município de Borba/AM). Contagens alternativas ao censo oficial asseguram que o total da população Sateré-Mawé, dentro e fora das Terras Indígenas, ultrapassa as 15.000 (quinze mil) pessoas.

Habitantes da região Leste do atual Estado do Amazonas (fronteira com o Estado do Pará) desde os tempos imemoriais, os Sateré-Mawé, segundo Nunes Pereira (2003), viviam, desde 1669, ao sul da ilha Tupinambarana (atual município de Parintins). Todavia, eles habitavam não somente essa área, mas povoavam a área Norte, Leste e o Oeste da ilha Tupinambarana, contabilizando um vasto território entre os rios Abacaxis, Urariá, Maués-Açu, Paracuni, Apucuitaua, Parauari, Andirá, Mamuru, Arapium e Uaicurapá. Por conta das guerras contra os Sateré-Mawé deflagradas pelos brancos colonizadores durante os descimentos e aldeamentos, eles foram encontrados morando em áreas como a região de Santarém, Belém e Barcarena, no Estado do Pará. O Mawé tem uma história de contato com a sociedade envolvente há mais de 300 anos. Essa história é permeada de conflitos e dominações, a princípio, contra outros povos originários inimigos, como os Munduruku e os Apiaká, depois, contra os brancos invasores, os quais colonizaram as suas terras tradicionais confinando-os cada vez mais à selva distante.

Alguns dos relatos mais antigos sobre o Mawé datam de 1691. Nesses relatos, o Mawé é mencionado como Mabués em um mapa do Amazonas elaborado pelo padre Samuel Fritz (jesuíta). Segundo o mapa, o Mawé ocupava um território contíguo ao dos Maraguases e dos Sapupés (Pinto, 2006). Ressaltamos essa referência com os vizinhos, por conta da relação dessas etnias com a designação Sateré-Mawé. Nos relatos de viajantes, os Maraguases e os Sapupés são considerados como sinônimos ou subgrupos de uma unidade inclusiva maior.

Quando os jesuítas instalaram a missão Tupinambarana (atual Parintins) no século XVII, os Sateré-Mawé, então denominados Maraguá (misturando os nomes dos Araguazes e Andirazes), já se encontravam na região. Os Tupinambaranas, mencionados como descendentes diretos dos Tupinambás, na verdade, eram a união de vários povos de origem Arawak, inclusive, os Sateré-Mawé. O jesuíta Cristobal de Acuña menciona, em 1639, uma relação de povos originários, habitantes do Rio da Madeira, sendo que dois deles têm relação com o Mawé, a saber, os Maraguases e os Andirazes, chamados de Maraguá e Guaranaguacá (Acuña, 1994), habitantes do rio Andirá e os inventores do cultivo e preparo do guaraná, bebida ritual ligada ao universo social e cosmológico Sateré-Mawé.

Em relação ao século XIX, Crispim de Leão, o Tui'sá dos Mawé, liderou a revolução amazônica, dominada pela guerra da Cabanagem (1833 a 1839), na região do Baixo Amazonas. Sob sua liderança, os Mawé, Maraguá e Mura lutaram contra os militares brasileiros pelo que os nativos sonhavam: criar um país próprio dentro da Amazônia, uma república na qual os povos originários seriam os protagonistas. Após o fim da guerra, os cabanos vencidos foram perseguidos até meados de 1860. A língua Nheengatu, até então oficial na Amazônia, passou a ser proibida, cedendo espaço à imposição da língua portuguesa. O próprio Crispim de Leão, logo depois de tomar posse como prefeito de Barreirinha/AM, foi envenenado por padres franciscanos e morreu, levando consigo muito da glória dos Mawé. Seu corpo foi enterrado em sua capital, a atual vila de Freguesia do Andirá (Yamã; Sateré, 2021).

Na atualidade, um dos territórios Sateré-Mawé é o povoado de Ponta Alegre, Barreirinha/AM. Historicamente, Ponta Alegre recebeu outros nomes, como Andirá, Myra'apara (Pau d'arco) e Wenpot Wenpit (Ponta Alegre). Respectivamente, o nome Andirá deriva da língua Nheengatu devido à presença considerável de morcegos; Myra'apara sugere o quantitativo acentuado de madeira na região, madeira de lei com valor comercial, explorada por madeireiros; e Wenpot Wenpit expressa na língua Sateré-Mawé a existência de uma "ponta" de terra onde os moradores ofertavam hospitalidade aos visitantes (Souza, 2019).

Ponta Alegre está situada na Terra Indígena Andirá/Marau, margem esquerda do Rio Andirá. Atualmente, moram, aproximadamente, 211 famílias. O sistema de organização política e administrativa ocorre através de votação visto que a comunidade se tornou um distrito de Barreirinha, como mostra a Figura 2.

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

Figura 2: Povoado de Ponta Alegre, Barreirinha/AM



Fonte: Google.com/imagens (2022)

As lideranças de Ponta Alegre são o tuxaua, os professores, os agentes de saúde, os quais, juntamente com os moradores, lutam por uma organização social e política com a finalidade de promover a sustentabilidade da localidade, trabalhando em conjunto com os moradores.

Em Ponta Alegre, na maioria das vezes, o ritual da tucandeira acontece no mês de novembro, período no qual a roça está pronta, quando se iniciam as chuvas e a pesca é farta, portanto, é o momento oportuno para comemorar o plantio, ocasião em que se reúnem as crianças, os jovens, os adultos, os idosos, tanto da comunidade onde é realizado o ritual, quanto das localidades próximas, momento de muitas festividades para os Sateré-Mawé (Menezes, 2020).

Os ritos de passagem ou os ritos de iniciação estão presentes nas diferentes sociedades. Segundo Edmund Leach (1974 *apud* Carvalho, 2015, p. 112):

Todas as sociedades humanas a maioria dos momentos dos cerimoniais é representada pelo “rito de passagem”, estes marcam a travessia das linhas divisórias entre uma categoria social e a outra: as cerimônias de puberdade, o casamento, os funerais, os ritos de iniciação de todos os gêneros, dão os exemplos mais esclarecidos.

Segundo os anciãos, o ritual da tucandeira é considerado um cerimonial sagrado, agregado de valores religiosos, crenças e cultura. Os Sateré-Mawé que passam pelo cerimonial acreditam que serão abençoados, bons caçadores, pescadores, que terão uma boa saúde e serão bons líderes em suas casas. Esse cerimonial sustenta, portanto, os valores e os ideais que definem essa cultura, como marca identitária para o povo Sateré-Mawé.

O ritual da tucandeira tem três momentos: antes, durante e depois do rito. Antes do rito, as famílias dos jovens indígenas se preparam, mais ou menos, com um mês de

antecedência para o ritual da tucandeira (womāt). Primeiramente, é preparado um saco ou mais de farinha e, a partir dos derivados da mandioca, são produzidos o beiju, o tarubá (bebida feita da massa). Os pais dos jovens vão para o centro da mata em busca de alimentos (caça); eles ficam em um barracão fazendo a caçada durante duas ou três semanas, mas, atualmente, esse costume está se perdendo pela dificuldade de encontrar caças, em razão da presença constante de madeireiros nas matas e, pelo fato de estes usarem motosserra, as caças vão migrando para outros territórios.

Os homens usam a pescaria como técnicas de capturar os alimentos para a festa e, na maioria das vezes, fazem a pesca durante a noite usando malhadeiras (rede de pesca), arco e flecha, zagaia (haste de madeira e pontas de aço) e armadilhas artesanais. Quando os homens já tem alimentos suficientes para o almoço e a janta coletivos, eles voltam para a comunidade. Significa que estão prontos para realizar o ritual da tucandeira. Um dos pontos que podemos enfatizar são as mudanças de hábitos em relação à preparação do ritual, pois, dada a dificuldade de captura de caça e pesca, as famílias estão se preparando com alimentos industrializados vindos da cidade: frangos, refrigerantes, peixes, dentre outros.

Segundo Honorato (ancião), os adolescentes que irão passar pelo ritual são avisados a fazer uma dieta rígida, durante mais ou menos três semanas, à base de alimentos sem gorduras e sal, como castanhas de caju, juruá, frutas e formigas tucandeiras torradas. Essa alimentação é uma forma de preparação para participar do ritual com o corpo saudável. Observamos que essa dieta de alimentos, em preparação do ritual da tucandeira, está se perdendo, pois os adolescentes, muitas vezes, não cumprem as regras do ritual, deixando seu corpo à mercê de malefícios durante e depois do ritual.

[...] o efeito destes ritos iniciais de separação é, em geral, afastar o iniciado da vida do dia a dia; o iniciado transforma-se, por algum tempo em pessoa não normal. Nesse período de resguarde, tanto o iniciado como o iniciante não podem ter contato com pessoas do sexo oposto, ou melhor, é o afastamento físico diante de grupos interno e externo. Eles devem se abster de relações sexuais, até que cumpram o tempo para o preparo do ritual (Leach, 1974, *apud* Carvalho, 2015, p. 112).

As pinturas corporais (grafismos) antecedem o evento. As mulheres preparam a tinta do jenipapo (palmeiras) e, para isso, as frutas são raladas e delas é extraído o suco (tinta) da casca da fruta. As pinturas são formas de proteção corporal e, no caso das mãos, têm a função de aliviar e esconder as ferroadas das formigas.

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

O grafismo é muito importante, pois representa a afirmação da nossa identidade cultural e a nossa presença física como povo Sateré-Mawé que mantém sempre vivo as nossas tradições e o nosso processo de educação e comunicação de geração em geração. Nós fortalecemos fisicamente e espiritualmente através dos nossos grafismos (Almir Sateré, entrevista, 2022, *apud* Santos, 2022, p.8)

Isso reafirma o significado do grafismo para os Sateré-Mawé durante o ritual da tucandeira, como pontua a fala do líder indígena e as Figuras 3 e 4.

Figura 3: Pintura com a tinta do jenipapo

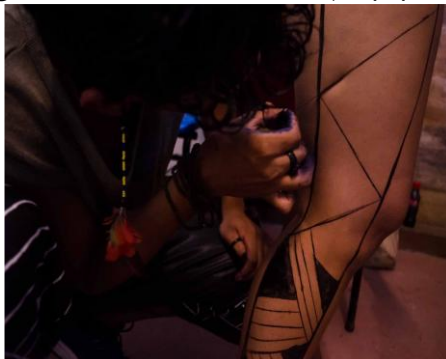


Figura 4: Tucandeira usada no ritual

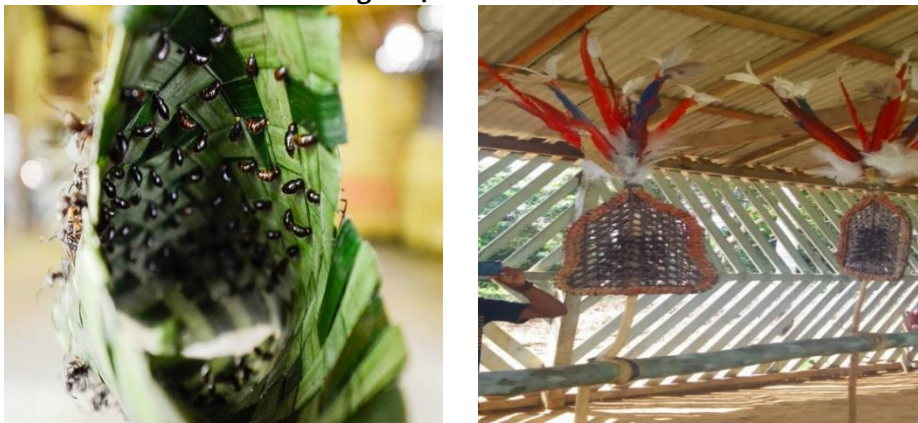


Fonte: Google.com/Adolfo Oliver (2022)

Fonte: Google.com/imagens (2014)

O ritual é convocado pelos pais dos adolescentes que irão vivenciar o ritual. O responsável leva um cigarro (tauari) para ter a conversa sobre o evento com o cantador, o qual é um homem experiente, com habilidades em coordenar a cerimônia, no ato da iniciação masculina. Ele tira os versos cantados no ritual. O cantador tem a função de organizar o cordão no semicírculo, organizar a troca das luvas e acompanhar o neófito após o ritual. Os pais e o cantador acertam as datas e os procedimentos que irão acontecer no ritual e, em seguida, o pai pede ao cantador para fazer uma luva específica para os dias do ritual.

Há ritual no qual são usados diversos tipos de luvas, como: Paku hup (pacu vermelho), Ipep tig (luva pintada), Moku ran (luva de ingá), I'ok tig (luva de corpo pintado), Hywi pysokpe (luva de gavião), I'okhun (luva de corpo pintado), Yty sai (luva de veado), entre outras. As luvas são ornamentadas com penas do rabo da arara, penugem do peito e da coxa do gavião-real. Os materiais que são usados para a construção dos diversos tipos de luvas são: braços de caranã, fibras das flechas ou talas retiradas das palmeiras bacabinhas e guias (brotos) de tucumã-açu.

Figura 4: Luvas de Tucandeiras

Fonte: Professor Indígena/google.com/imagens (2022)

As mulheres têm um funções específicas no ritual, pois encarregam-se de preparar os alimentos e dar apoio durante o ritual, não deixando faltar na mesa de alimentos o chibé (farinha molhada) e o çapó (guaraná ralado). Além disso, as moças novas que ainda não tiveram a menarca são escolhidas, com o consentimento dos pais, para ajudarem os adolescentes ferroados pelas tucandeiras. São elas que dão os alimentos na boca, ajudam na hora do banho, dentre outras necessidades, durante os dez dias do rito (Ramos, 2022).

Figura 5: Alimentos regionais do ritual da tucandeira

Fonte: google.com/imagens (2014)

Além de prover a alimentação, os homens são responsáveis por preparar o local do Ritual da Tucandeira, para isso, eles vão até a mata em busca de varas de madeiras e outros materiais para colocar no local do ritual. As varas de madeiras são colocadas no meio do barracão onde são feitos os rituais e servem de apoio para os adolescentes que estão passando pelo ritual descansarem os braços. Segundo os anciãos, as pessoas são proibidas de passar por baixo da vara de madeira que está colocada no centro do local do evento e o atendimento a essa regra demonstra respeito ao ritual.

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

Na maioria das vezes, alguns Sateré-Mawé têm a função de capturar as tucandeiras na mata. As formigas ficam no buraco no tronco de uma árvore chamada de cumaruzeiro. Os Sateré-Mawé introduzem uma tala de palmeira para capturá-las do buraco, aquelas que sobem pela tala são colocadas dentro do bambu (pedaço de palmeira). Quando os homens voltam da mata e chegam no povoado, as formigas são colocadas em uma bacia com água e folhas do cajueiro para amortecê-las e, em seguida, serem enfiadas nas luvas.

Segundo Carvalho (2015), líderes, tuxauas, xamãs e cantadores, cada um desenvolve uma função diferenciada. O tuxaua é o articulador da etnia e tem a função de buscar melhorias para a etnia. Já o pai'nin (xamã) é considerado o médico da família, aquele que prepara os remédios caseiros, cuida da parte mental e espiritual do grupo social.

Durante o evento, crianças e jovens não neófitos não precisam passar pela dieta imposta pelas lideranças, diferentemente, pois, dos Sateré-Mawé que serão contemplados com ritual de passagem.

Figura 6: Tucandeiras no tipiti (arte indígena)



Fonte: [google.com/images](https://www.google.com/images) (2014)

Como regras do ritual, as mulheres não podem pegar no braço do jovem iniciado a fim de que não se perca o efeito do veneno das formigas tucandeiras, pois somente os iniciados, como o cantador e o tuxaua, podem auxiliar quem está sendo iniciado a colocar a mão na luva de tucandeira. São eles os responsáveis pela organização dos adolescentes que irão inserir as mãos nas luvas. Enfatizamos, portanto, que os adolescentes iniciantes do rito serão os primeiros a calçar as luvas e, em seguida, os demais convidados. O ancião Honorato aponta que, após os adolescentes introduzirem as mãos nas luvas, diversas vezes, era servida carne de macaco velho na alimentação para que as ferradas das formigas doessem ainda mais.

Segundo Carvalho (2015), dentre os cantos que são entoados durante o ritual, há o canto que retrata os diálogos entre “o tatu grande” (tatu-açu) e “o tatuzinho” (tatu-bola), os quais são seres lendários do ritual da tucandeira e fazem a tucandeira sair dos tocos (troncos) de árvores.

Original	Tradução
1- Mê pémun té andém sari	1- Tatu-Grande fez sair tocandira
2- Mê pémun cori té andém	2- Tatu pequeno fez sair tocandira viva
3- Mecoó arroó-ui	3- Para cá, para os moços se ferrarem
4- Aitó unambi optiá capé	4- Para ficarem espertos
5- Aiépít mambac ramaoap	5- Em minha mão, tocandira ronca
6- Oipó-été, sari quién	6- Tatu-Grande: você se ferra só na mão?
7- Em qué-épó été-té én	7- E eu, que é em toda parte?
8- Oitóqué uatzi été	8- Assim fala o Tatuzinho
9- Eçó renemgué rupi-i	9- É bonito o lugar da minha tocandira
10- Icahó urré sari	10- Enfeitado de vermelho
11- Upain apossaou rocát	11- E de pena de gavião-real
12- Mangou aporrin ipai	12- E do toco do cumaru
13 -Comaró tan êpêetat	13- E do toco do ingazeiro
14- Queôssou queôssou, êpêpatêa	14- E do toco do cipó-chato
15- Uenô pê tritan êpeateât	15- Assim eu era antes
16- Maquétan na oitó	16- Mas nós havemos de passar
17 -Uatócóssab acoitó,	17- Mas nós havemos de passar

(Pereira, 2003, *apud* Carvalho, 2015, p.126)

O tatuzinho diz: “o lugar da minha tocandira [...] e do toco do cumaru, e do toco do ingazeiro e do toco do cipó-chato”, versos 9, 12 a 14. O tatuzinho é valente: “em minha mão tocandira ronca”, no verso 5, indicando que o tatuzinho tem o poder de dominar a formiga em suas mãos, como um guerreiro Sateré-Mawé, corajoso. O tatuzinho desafia a temida formiga tocandira (ou tucandeira) personificada na bela mulher, que vem enfeitada de vermelho, cuja cor retrata, nesse contexto, o perigo, a guerra que o Sateré-Mawé trava com o voraz inseto, sinalizado no verso 10. O tatuzinho simboliza a esperteza e valentia, conforme o verso 7, relacionando-se à bravura do homem Sateré-Mawé que suporta as ferroadas da tucandeira, que domina essa formiga, passando pelo enfrentamento da dor das suas picadas, tornando-se um guerreiro.

Segundo o ancião Anizomar (*apud* Ramos, 2021, p. 71),

o canto da tucandeira é uma fonte de informação histórica do Sateré Mawé, que guarda toda riqueza de conhecimento ancestral. É uma espécie de arquivo guardando veracidade de um povo contado pelos mais velhos. O conteúdo do canto da tucandeira é uma linha de tempo, um arquivo vivo e dinâmico, pois retrata tudo aquilo que aconteceu no passado e acontece no presente, inclusive a violência e morte.

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

Ramos (2021) argumenta que o canto é uma ferramenta no sentido de que é um modelo específico dos Sateré-Mawé de repassar publicamente as histórias do povo, com o propósito de que os jovens assumam aquelas histórias e se identifiquem como Sateré-Mawé, herdeiros de histórias míticas, lutas e conquistas. É uma maneira de educar os jovens, de levá-los a assumir responsabilidades, seja coletivamente, seja como pai de família.

Outro sentido do canto e da dança da tucandeira é que essa cantoria não fala só de tristeza, mas fala de alegrias, das festas dos Sateré-Mawé, de entretenimento do cotidiano, da relação entre as lideranças, entre os jovens que metem a mão na luva da tucandeira, fala do poder do bicho (formiga) para construção da pessoa Sateré-Mawé.

O canto mostra um diálogo entre o tatu-açu e o tatu-bola. Em seguida, ao terminar o ciclo de colocar as mãos na luva com formigas por 20 vezes, o iniciado deverá tomar um preparo conhecido de “rumitório” (vomitório). Para o tuxaua Helito Barbosa, esta bebida “é um tipo de purgante feito com folhas de mastruz e com curimbó, tipos de ervas e cipó do mato”. O objetivo é limpar o organismo, ou melhor, fazer uma desintoxicação. Ao limpar as imundices do organismo, o iniciado está revigorado, preparando seu corpo. O preparo da bebida apresenta mau cheiro, de odor muito forte, que se assemelha às ervas podres. Os ingredientes são colocados em água morna com sal e servido numa cuia grande para o neófito que está passando pelo ritual de iniciação. Segundo os mais velhos, o “rumitório” limpa o sistema digestivo, o sangue fica saudável e o corpo estará imunizado contra as doenças.

Figura 7: Sateré-Mawé durante ritual da tucandeira



Fonte: Facebook/imagens (2022)

Após vivenciar o ritual, o Sateré-Mawé, agora adulto, está pronto para cumprir o seu papel como bom caçador, líder, pescador, e vai ficar mais Marupiara (bom para tudo), estando pronto para construir família, além de adquirir *status* como Sateré-Mawé autêntico, reconhecido pela coletividade.

Considerações finais

Ao finalizar, destacamos alguns aspectos da educação Sateré-Mawé e as implicações para a educação escolar indígena e a escola do território de Ponta Alegre, Barreirinha, Amazonas.

O ritual da tucandeira no território de Ponta Alegre reúne elementos da organização social e da cultura Sateré-Mawé, pois envolve papéis sociais gerais (dos homens, das mulheres) e específicos (tuxaua, cantador, pai'nin); normas (dietas alimentares, abstinência sexual); valores (convivialidade, ação coletiva de preparação e realização do ritual); trocas matrimoniais (envolvendo o iniciando e sua cuidadora); conhecimentos (as pinturas com jenipapo como proteção corporal, rumitório); narrativas mitológicas (origens, divindades) e cantos.

Retomando os papéis sociais, por exemplo, homens e mulheres participam do processo de preparação e realização do ritual da Tucandeira, evidenciando uma divisão social de funções dentro do território de Ponta Alegre, fundada na organização clânica, como a liderança do tuxaua, a pessoa do cantador (mestre de rituais) e o pai'nin (responsável pelo conhecimento espiritual e medicinal), atribuições que destacam a hierarquia social e a primazia na comunicação de saberes entre gerações. Essas relações sociais podem ser incorporadas pela escola, de modo a valorizar os conhecimentos, as técnicas e as experiências dos sábios tradicionais (o pai'nin, tuxaua e mestre de rituais) na construção do currículo escolar.

Com relação as rotinas alimentares e a abstinência sexual, elas reforçam a disciplina e a preparação do corpo e do espírito para a experiência do ritual da tucandeira ao passo que a convivialidade e ação coletiva na organização do ritual da tucandeira requerem a cooperação, o respeito e o comprometimento entre os moradores do território de Ponta Alegre. A educação escolar indígena pode incorporar esses princípios para reforçar valores como a cooperação, a disciplina e o respeito às normas da cultura Sateré-Mawé, promovendo uma pedagogia que fortaleça a identidade coletiva.

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

Outro aspecto que podemos analisar são os conhecimentos tradicionais e as práticas educativas, como o “rumitório”, realizado após a pessoa completar o ciclo de colocar as mãos na luva com formigas por 20 vezes, o qual, para sua feitura, envolve saberes, práticas e produtos da natureza que conectam o indivíduo ao mundo espiritual, à natureza, à história da origem do ritual da tucandeira, à cosmologia Sateré Mawé.

Portanto, este trabalho destaca a sociedade e a cultura Sateré-Mawé como forma de pontuar elementos sociais e culturais para a educação escolar indígena, oferecendo indicações para a construção coletiva de um currículo específico e diferenciado. Por meio da análise do ritual da tucandeira, buscamos relacionar os aspectos educativos que ele proporciona, promovendo uma reflexão sobre conteúdos, princípios e processos educativos pautados na perspectiva interdisciplinar.

Dentre os temas/conteúdos, a partir do ritual da tucandeira, para as áreas de conhecimento que compõe o currículo escolar, destacamos a gênese e o desenvolvimento do ritual da tucandeira (História), os músculos trabalhados nos membros superiores e inferiores, a coordenação motora e o preparo físico exigidos pelas danças (Educação Física), os diferentes tipos de materiais e tecidos (tranças) utilizados para a confecção das luvas, dos chocalhos usadas no ritual (Cultura Material), as danças, as pinturas, as músicas (Artes), o efeito medicinal da ferroada da tucandeira (Ciências da Saúde).

Adicionalmente, enfatizamos os valores ensinados pelos mais velhos e pelos especialistas durante o ritual, como a dieta alimentar, as abluções estomacais, a abstinência sexual etc.

Esses elementos culturais dos Sateré-Mawé não apenas têm o potencial de enriquecer o currículo escolar indígena, mas promovem uma educação que respeita e valoriza a diversidade e a diferença cultural. Ao integrar esses temas no cotidiano escolar, esperamos que as escolas indígenas possam se tornar espaços de aprendizagem que incorporam e respeitam as tradições e os conhecimentos das comunidades indígenas. Enfim, queremos contribuir para a formação de uma educação que fortaleça a identidade cultural e a autodeterminação dos povos indígenas, promovendo o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas, respeitadas e intercultural.

Referências

ACUÑA. Cristobal de. **Novo descobrimento do Rio Amazonas**. Edição bilingue. [s.l.]: Embajada de España en Brasil; Montevideo: Oltaver S.A., 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB 3/99, de 10 de novembro de 1999**. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcebo3_99.pdf Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 5/2012, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012> Acesso em: 29 mai. 2024.

CARVALHO, Joelma Monteiro de. **Ritual da Tucandeira da etnia Sateré-Mawé**: Língua, memória e tradição cultural. 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes), Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, AM, 2015.

KAYAPÓ, Edson. **Lei 11.645/08 e a Educação Indígena**. Salvador: EDIFBA, 2023.

MENEZES, Tadeu de Souza. **Sateré-Mawé**: Territorialidades na comunidade indígena Ponta Alegre no município de Barreirinha-Amazonas. 2020. 103f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2020.

PEREIRA, Nunes. **Os índios Mawés**. Manaus: Valer, 2003.

As Dimensões Educativas do Ritual da Tucandeira Sateré-Mawé e as Implicações para a Educação Escolar Indígena

PINTO, Renan Freitas (Org.). **O diário do Padre Samuel Fritz**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

RAMOS, Clarinda Maria. **Cantos e danças: uma Antropologia da musicalidade Sateré-Mawé**. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2021.

SANTOS, Denner Tavares dos. **A importância do grafismo indígena para o povo Sateré-Mawé**. 2022. 16f. Monografia (Graduação em História), Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, AM, 2022.

SOUZA, Josias Ferreira de. **A formação da liderança KAPI entre os Sateré-Mawé/AM**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2019.

YAMÃ, Yaguarê; SATERÉ, Aldamir. **Dicionário da língua Sateré** (Satere pusu aḡkukaḡ). [s.l.]: [s.n.], 2021.

Sobre os autores

Iranildo da Costa Barbosa

Licenciado e Bacharel em Educação Física (Universidade do Estado do Amazonas/UEA), Especialista em Educação Física e Nutrição Escolar (Kurios), Mestrando em Educação (PPGED), Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Professor da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar/SEDUC/AM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas/FAPEAM.

E-mail: iranildobarbosa723@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5053-1323>

Mauro Gomes da Costa

Doutor em Educação e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEA) e Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/Educanorte/UFPA).

E-mail: mcosta@uea.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1216-8412>

Recebido em: 15/02/2025

Aceito para publicação em: 03/04/2025